

**A AURORA DE UMA ERA DA CATÁSTROFE:
OS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS DO DEPOIMENTO DE
ARNOLD TOYNBEE SOBRE AS ATROCIDADES
TURCAS NA ARMÊNIA**

Rodrigo Medina Zagni¹

*Quem os visse custar-lhe-ia crer que esta gente
era composta de seres humanos.*

Autor desconhecido

É comum que nós historiadores aproveitemos efemérides para a produção de análises; não por mera celebração cronológica, mas porque se tratam de marcos no tempo que nos permitem revisitar o passado com os pés incrustados no presente, curvados como quem segura uma lupa a procura de permanências e rasuras por sobre processos históricos. *Datas redondas* como uma década, meio século, um século inteiro, nos provêm do recuo histórico por vezes necessário para pôr em teste o poder explicativo de autores e teorias, atualizar significados de nexos estruturais de sentido, mensurar a duração de processualidades e aquilatar de que forma, no plano das mentalidades, é ressignificado o tempo vivido no presente do historiador.

Tendo revisitado neste ano o tema da Grande Guerra, a propósito do centenário que, indubitavelmente, constitui a efeméride mais importante dos últimos anos, a fim de repensarmos o tempo presente fica a tarefa de nos debruçarmos sobre um outro centenário, sob vários aspectos relacionado a este primeiro: o do Genocídio Armênio.

¹ Doutor na linha de pesquisa em Práticas Políticas e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP); docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e coordenador do grupo de pesquisa "Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea" (UNIFESP/CNPq). E-mail: rodrigo.medina.unifesp@gmail.com.

Ambos os processos históricos aparecem articulados e emaranhados no mesmo novelo, dotando de funestas qualidades o nascente e breve século XX, para o historiador britânico Eric J. Hobsbawm (1995, p. 29 a 222) uma *era dos extremos* e cuja primeira porção, uma *era de guerra total* ou uma *era da catástrofe*, é descortinada exatamente com a irrupção do conflito armado de maior envergadura já visto até então e cujo grau de letalidade não encontra precedentes na história; podendo-se dizer tratar-se do momento em que a Revolução Industrial do séc. XIX chegou ao setor industrial bélico e às estratégias de guerra, determinando o uso empresarial da guerra e a industrialização dos processos de morte, esta que caracterizaria a continuação do conflito desencadeado em 1914: aquilo que se convencionou chamar de Segunda Guerra Mundial.²

Nesses termos, o breve século XX não foi inaugurado tão somente pela Grande Guerra; mas pela ocorrência, no palco em que a guerra se desenrolou, de um genocídio. Seu estudo nos permitirá refletir sobre aspectos fundamentais da nova era parida pelo advento da guerra total e de novos componentes movidos para a produção de morticínios, dando forma a uma violência de novo tipo e que receberia o nome de *genocídio*³.

Este trabalho tem como finalidade perscrutar os sentidos e significados históricos daqueles que são considerados parte consubstancial dos mais contundentes instrumentos de denúncia das atrocidades turcas cometidas contra o povo armênio: os textos escritos pelo então jovem historiador britânico Arnold Toynbee e que deram origem a duas publicações correlacionadas: *The Armenian Atrocities: the murder of a nation*, publicado em 1915 e que, em edições posteriores em língua portuguesa, receberia o título de

² Eric J. Hobsbawm considera ter havido uma *guerra mundial de 31 anos* (1995, p. 29 a 222); enquanto Giovanni Arrighi refere-se ao período entre 1914 e 1945 como de ocorrência das *Longas guerras eurásianas* (1996, p. 27-86).

³ O termo *genocídio* foi criado em 1943 pelo advogado e linguista judeu-polonês Raphael Lemkin, professor da Universidade de Yale, tendo sido apresentado ao mundo, no ano seguinte, nas linhas de *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation – Analysis of Government – Proposals for Redress*, obra em que dedicou um capítulo inteiro à apresentação deste novo conceito elaborado portanto durante a Segunda Guerra Mundial, cujas referências eram tanto o morticínio de judeus perpetrado por nazistas e ainda em curso quanto, antes disso, as atrocidades turcas cometidas contra o povo armênio durante a Grande Guerra.

Atrocidades turcas na Armênia; e *The Murderous Tyranny of the Turks*, publicado em 1917 - livro menos conhecido e equivocadamente chamado de *Blue Book* -; acompanhados respectivamente de discurso proferido por Lorde James Bryce na Câmara dos Lordes e por um prefácio também escrito por ele.

Os textos de Toynbee e de Bryce aparecem juntos, em ambas as publicações, por razões que pretendemos aqui esclarecer.

O célebre historiador inglês Arnold J. Toynbee, a quem pode ser atribuída a perspectiva historiográfica que edificaria parte significativa de uma *História Comparada das Civilizações*, ao tempo dos escritos de 1915 e 1917 - quando tinha de 26 para 28 anos -, não era nada célebre, senão um jovem historiador que, no decurso da Grande Guerra, se filiará a ideia de uma nova modalidade historiográfica que não mais se limitaria à nação como unidade de observação, confrontando-se com as histórias nacionais típicas, paradigma vigente durante todo o séc. XIX. Toynbee só se tornaria professor da Universidade de Londres em 1919 e onde, a partir de 1925, dirigiria o *Royal Institute of International Affairs*. Entre 1915 e 1917, o Toynbee de 20 e poucos anos, vinculado à *Oxford University*, prestava seus serviços como escrevente do recém-criado *Department of Information*, na *Wellington House*, organizando fontes documentais que pudessem confirmar as informações de que estaria em curso, nos limites do Império Otomano, um massacre de armênios.

Já James Bryce era membro do Partido Britânico Liberal e passou a se interessar pelos temas que envolviam os armênios, no Império Otomano, no período em que esteve no Cáucaso, em 1876, engajando-se no *Movimento Internacional Pró-Armênia* - movimento de caráter nacional-emancipacionista - em 1904, participando desde então ativamente de suas conferências. Sua carreira política levou-o aos Estados Unidos da América em 1907, como Embaixador da Majestade Britânica e, em 1914, quando irrompia a Grande Guerra, era ele transferido para o Tribunal de Haia. De acordo com o historiador Herbert Fisher (1927, p. 183 e 184), seu biógrafo, era o principal homem na linha de frente inglesa sobre questões que envolviam o povo armênio: "*became in fact the principal advocate of the Armenian nation in England, the founder and first President of the Anglo-Armenian Society, the member for Armenia in the British House of Commons...*"

A relação entre Lorde Bryce, Arnold Toynbee e o Genocídio Armênio tem origem em 1915 quando o governo inglês solicitou a Bryce que reportasse as condições vividas pelas comunidades armênias, submetidas ao Império Otomano, em razão das notícias difundidas em vários meios de que estariam em curso, ali, massacres de civis. O jovem historiador Arnold Toynbee, sob a supervisão de Bryce, foi quem organizou os documentos e testemunhos que então compuseram o material elaborado em 1915 e publicado em 1916 com o título de *Blue Book* (uma menção aos relatórios do *Foreign Office*, de capa azul); publicação parlamentar do governo britânico acerca do tratamento dado pelo Império Otomano ao povo armênio. O compêndio sistematizado de materiais continha 149 documentos, além de dados históricos e estatísticos sobre o povo armênio no Império Otomano, que comprovavam o massacre de armênios por meio de deportações forçadas, estupros, sequestros de crianças e assassinatos em massa.

Como relatório parlamentar o *Blue Book* recebeu o título de *Miscellaneous No. 31* e, no mercado editorial, no mesmo ano de 1916, de *The treatment of Armenians in the Ottoman Empire 1915-16: documents presented to Viscount Grey of Falladon, Secretary of State for Foreign Affairs by Viscount Bryce*, edição que só seria reimpressa em 1990, nos Estados Unidos.

No Brasil, foi publicada ainda em 1916 a obra *Atrocidades armênias: o extermínio de uma nação*, editada em Londres, escrita por Arnold Toynbee e contendo o discurso proferido por Lorde Bryce na Câmara dos Lordes em 6 de outubro de 1915 e no qual denunciava a matança de armênios, perpetrada pelos agentes do governo otomano. Em 1917, o segundo texto foi publicado por Toynbee e tendo por base o mesmo *corpus* documental, levando o título *The Murderous Tyranny of the Turks*.

Os textos de Toynbee mantêm relação com os textos de Bryce, que têm por base os documentos coletados por Toynbee no esforço que Bryce coordenou para o relatório do *Foreign Office*. A argumentação central de ambos é a de que, nas práticas da *Sublime Porta*, com clareza, construía-se a ideia de uma *questão armênia* e que pôr termo a ela significaria exterminar todas as comunidades armênias na Turquia, feito isso, nos dizeres de Talaat Paxá (APUD TOYNBEE, 2003, p. 32): "*não haverá mais questão armênia por cinquenta anos*".

Para as catastróficas experiências do séc. XX, o massacre de armênios apresentava um novíssimo componente e que não passou despercebido a Toynbee: a tentativa de aniquilação completa de uma nação.

A remoção forçada de famílias inteiras de regiões que incluíam as cidades propriamente da Armênia, da Anatólia oriental e, na porção ocidental, de Ismid e Poroussa - além de cidades próximas à Trácia -, para o deserto da Anatólia - tanto argumento quanto *modus operandi* do governo de Constantinopla - teria como objetivo o morticínio dessas populações civis durante as longas marchas das caravanas de armênios, nas quais aos poucos as famílias iam se desfazendo enquanto idosos tombavam exaustos pelo caminho, crianças eram arrancadas do colo de suas mães e destinadas a famílias muçulmanas (quando não mortas na presença de seus familiares), mulheres eram estupradas, jovens garotas eram vendidas para prostíbulos e haréns e homens eram mortos sistematicamente.

A vasta documentação coletada por Toynbee revela que as ações foram coordenadas por um comando central e emanavam diretamente de Constantinopla, na pessoa de Talaat Paxá, Ministro do Interior, numa cadeia de comando que submetia diretamente governadores de províncias que, articuladamente, promoveram os deslocamentos forçados e a carniceria que se deu pelo caminho, consistindo no "... *massacre mais completamente organizado e eficiente que já se viu neste país*" (APUD TOYNBEE, 2003, p. 52), nos dizeres de uma entre tantas testemunhas oculares de Murad Su, cidade otomana no Eufrates oriental, um dos palcos do genocídio de armênios. Para o jovem Toynbee (1917, p. 17)

The "Deportation Scheme" was drawn up by the central government at Constantinople and telegraphed simultaneously to all the local authorities in the Empire; it was executed by the officials, the Gendarmerie, the Army, and the bands of brigands and criminals organized in the government's service.

O genocídio fora perpetrado como expressão mais dramática do processo de lutas anticoloniais e de tentativas anacrônicas de

manutenção dos *impérios formais*, cujas estratégias territorialistas para gestão do Estado e da guerra associavam sua condição de poder a recursos humanos e materiais, aliados a possessões territoriais⁴, o que tornava povos submetidos ao controle estrangeiro, como a nação armênia, um perigo potencial para a manutenção da unidade imperial. Esta percepção fora agravada quando soldados armênios, pelo que informou Bryce (in: TOYNBEE, 2003, p. 21) armênios-russos habitantes da Transcaucásia, se alistaram nas fileiras do exército imperial russo, este que na frente oriental batia-se contra o Império Alemão, aliado por sua vez ao Império Otomano.

Parte considerável das fontes recorrentemente utilizadas nos estudos sobre o Genocídio Armênio foi listada por Richard G. Hovannisian na obra *The Armenian Holocaust: a bibliography relating to the deportations, massacres and the dispersion of the armenian people, 1915-1923*, publicada em 1978. Dentre elas, Michael M. Gunter (2011, p. 9) sustenta que as duas fontes *pró-armênias* mais frequentemente citadas são os livros de James Bryce, *The treatment of armenians in the Ottoman Empire 1915-16*, publicado em 1916; e do embaixador americano Henry Morgenthau⁵, *Secrets of the Bosphorus e Ambassador Morgenthau's story*, publicados, respectivamente, em 1918 e 1919. Para ambos os autores, contudo, os esforços de Toynbee na organização da base informativa havia sido de suma importância, mesmo porque parte dos documentos que compuseram o *Blue Book* vieram de fontes norte-americanas, do *U.S. Department of State and the American Board of Commissioners for Foreign Missions*, somando-se às fontes armênias.

Tanto o discurso de Bryce quanto os relatos de Toynbee privam, no mais das vezes, o leitor de informações que possam levar diretamente a identificação de suas fontes, em função do grave perigo que haveria em expô-las⁶ dado que os massacres estariam ainda em

⁴ O conflito histórico entre *territorialismo* e *capitalismo* é tratado por ARRIGHI (1996, p. 27 a 86).

⁵ Embaixador em Constantinopla de novembro de 1913 a fevereiro de 1916.

⁶ Conforme Lorde Bryce esclareceu, no discurso proferido na Câmara dos Lordes em 6 de outubro de 1915: "... com relação ao que se está passando na Armênia e Turquia Asiática, resolvi publicar informações adicionais que alcancei de várias procedências, em que deposito confiança, se bem que por motivos óbvios não as possa citar aqui, expondo deste modo a perigos os meus informadores" (Cf.: BRYCE, in: TOYNBEE, 2003, p. 17).

curso e que, ao tempo de sua publicação, muitos dos que denunciaram o massacre de armênios eram súditos ainda do Império Otomano. Contudo, ambos remetem à vasta documentação coletada a pedido do *Foreign Office*, que por sua vez guarda as identificações dos depoentes, sobretudo daqueles que prestaram testemunho oral ou por meio de cartas, bem como uma gama variada de documentos como artigos de mídia impressa (que chegaram a publicar testemunhos orais e cartas) e papéis governamentais.

Separadamente, o governo inglês publicou os nomes e localidades omitidos no primeiro relatório sob o título de *Great Britain, Parliamentary Papers, Key to names of persons and places withheld from publication "The treatment of armenians in the Ottoman Empire, 1915-16"*. Os mesmos dados foram publicados, em 2000, numa nova edição do *Blue Book* organizada por Ara Sarafian, completada então com nomes e endereços de todos os depoentes.

Ainda assim, nos escritos de 1915 e 1917, em alguns momentos Toynbee identificou diretamente suas fontes, especialmente quando se tratava de altos funcionários de governos que lutavam contra a aliança turco-germânica ou de países neutros⁷.

Sobre a qualidade dos testemunhos colhidos e analisados, nos esclareceu o autor (TOYNBEE, 2003, p. 23):

São as narrativas dos missionários tanto alemães como suíços, americanos e outros cidadãos de países neutros. Há os relatórios dos cônsules locais, incluindo também os representantes do império alemão e, ainda, as numerosas cartas particulares e cartas publicadas na imprensa dos aliados e na imprensa dos neutros, que registraram os depoimentos de testemunha ocular, do que viram. Há, também, as séries de depoimentos pessoais, debaixo de juramento, que já foram publicados por um comitê de cidadãos distintos dos Estados Unidos.

⁷ É o caso do cônsul italiano, apontado por Lorde Bryce como testemunha ocular dos eventos que tiveram lugar na cidade de Trebizola, quando a Itália não havia ainda declarado guerra contra a Turquia (Cf.: BRYCE, in: TOYNBEE, 2003, p. 20).

Tratando-se de um montante expressivo de fontes orais, Toynbee (2003, p. 23) alegou, em defesa de sua autenticidade, que apesar da impossibilidade de serem confrontados alguns testemunhos com evidências empíricas, os depoimentos se confirmam uns aos outros nos mais mínimos detalhes, em muitos casos por pessoas de procedências distintas e que provavelmente nunca teriam tido contato umas com as outras, o que o levou a afirmar a "*absoluta segurança de sua veracidade*".

As fontes não se restringem àquelas que foram coletadas por Toynbee para o *Foreign Office*, elas incluem documentos obtidos pela *Comissão Americana de Inquérito*⁸, publicados na íntegra em 4 de outubro de 1915 como resultado dos esforços de um "... *grupo de 25 membros, incluindo dois ex-embaixadores da Sublime Porta e quatro diretores dos trabalhos das missões americanas no império otomano, bem como pessoas de eminência individual...*" (TOYNBEE, 2003, p. 28) que constituíam a *Comissão Americana de Inquérito sobre as Atrocidades Armênicas*, sediada em Nova Iorque e cujos membros eram religiosos, acadêmicos e políticos proeminentes.

Uma parte dos depoimentos foram colhidos de viva-voz de testemunhas neutras, viajantes europeus ou americanos e homens de negócios que têm regressado do interior da Turquia depois de começada esta horrível obra, ou de residentes estacionários, suficientemente protegidos pela sua posição para poderem comunicar o que viram na localidade. (TOYNBEE, 2003, p. 28)

Sobre sua qualidade e consistência, em termos documentais

Os testemunhos de primeira mão são em suficiente abundância e bastante convincentes por si para fornecerem uma plena exposição do crime. São declarações concretas, inteiramente robustecidas por nomes de bem conhecidos indivíduos que ou assistiram a essas atrocidades ou delas foram vítimas. (TOYNBEE, 2003, p. 50)

⁸A partir daqui referida por meio da sigla "ACR".

Também foram utilizados depoimentos de autoridades religiosas relacionadas direta ou indiretamente com comunidades armênias, como no caso do *catholicos*, cuja declaração proferida a partir da Rússia, tendo como destinatário a *Armenian National Defense Union*, sediada nos EUA, foi publicada pela imprensa norte-americana no dia 27 de setembro de 1915 (Cf. TOYNBEE, 2003, p. 29).

Por fim, restam os relatos dos refugiados armênios que escaparam ao extermínio:

... restos de uma nação, que acharam salvação por detrás das linhas russas do Cáucaso ou se encaminharam para o Egito pelo benévolo Mediterrâneo. Por exemplo, há 4,2 mil armênios homens, mulheres e crianças de *Selefkah*, portanto de Antioquia, a quem a esquadra de cruzadores franceses fez desembarcar a salvamento em *Port Said*, em fins de setembro. (TOYNBEE, 2003, p. 29)

A obra publicada em 1915 está dividida em 8 partes: a primeira trata da Armênia antes dos morticínios, seguida de seu planejamento, da caminhada para a morte, do fim da jornada, das *desculpas mentirosas* proferidas pelos perpetradores, da evidência dos assassinatos, da relação dos assassinatos e, por fim, da atitude da Alemanha.

Já o texto publicado em 1917, apesar de muito mais curto - restringindo-se originariamente a 35 páginas -, está dividido em 17 sessões articuladas e compostas por um pequeno número de parágrafos que tratam: dos motivos dos Aliados naquilo que aparece referido como sua luta pela liberação dos povos submetidos à tirania do Império Otomano; a composição do povo que habita o império; o primeiro estágio da *assassina tirania dos turcos*, referindo-se ao período que se estende a partir do início do domínio otomano no séc. XIII; o segundo estágio que se refere ao sultanato de Abdul-Hamid II, que reinou de 1876 a 1908, período de excessiva militarização do Estado, tanto na sua dimensão doméstica quanto internacional; o terceiro estágio sob o governo dos *Jovens Turcos* que teria como objetivo exterminar elementos constitutivos de seu próprio povo; as atrocidades cometidas contra o povo armênio em 1915; a oposição do império aos valores defendidos pela *Civilização Ocidental*; a reorganização

necessária à Europa a fim de manter seus valores civilizatórios; o princípio das nacionalidades em confronto com a opressão turco-otomana; a importância de Constantinopla para a constituição e manutenção do império; o direito à segurança plena como um problema prático imposto à comunidade europeia e do qual dependeria o fim do inimigo otomano; o fato de não haver alternativa, frente a este imperativo, para a reorganização da Europa no pós-Grande Guerra; o perigo imposto pela aliança turco-germânica; o aval germânico para o processo de *otomanização* dos povos submetidos ao controle otomano; a campanha contra os missionários cristãos levada a cabo pelos agentes do império; e a resposta dos poderes aliados ao pacto turco-germânico.

Dentre aquilo que podemos inicialmente questionar no depoimento de Toynbee, tanto quanto no discurso de Lorde Bryce (2003, p. 17 e 21), estão os elementos quantitativos do massacre, calculando este, na obra publicada em 1915, que a cifra de mortos teria chegado a 800 mil, o que equivaleria ao extermínio de três quartas ou quatro quintas partes da nação armênia, numa região que se estenderia das fronteiras da Pérsia até o Mar de Mármara.

Já em 1917, Toynbee (1917, p. 7 e 8) calculou que o Império Otomano conteria uma população de aproximadamente 20 milhões de habitantes, dentre os quais apenas 8 milhões seriam efetivamente turcos, ou seja, menos de 40%, referindo-se ao contingente linguístico que se identificava com o idioma turco, dentre os quais apenas uma pequena e imprecisa fração, por sua vez, seria descendente dos conquistadores provenientes da Ásia Central. Mais de 60% dessa população seria composta, antes dos massacres cometidos a partir de 1915, por cerca de 7 milhões de árabes, 2 milhões de armênios, pouco menos de 2 milhões de gregos e o mesmo número de povos não-turcos habitantes de regiões montanhosas como curdos, drusos, maronitas etc. Desses 2 milhões de armênios, apenas um terço teria sobrevivido até 1917, ou seja, teriam morrido até ali cerca de 1,3 milhão de armênios (TOYNBEE, 1917, p. 15).

Em outra passagem do mesmo texto, Toynbee (1917, p. 16) referiu a cifra de, pelo menos, 1,2 milhão de mortos apenas nas marchas, excluindo-se aqueles que amargaram destino análogo nos procedimentos anteriores às deportações e mesmo aqueles que morreram já em seu destino final.

Evidentemente, tanto Toynbee quanto Bryce têm em seu prisma os eventos ocorridos durante o ano de 1915; enquanto há relativo consenso historiográfico de que a cifra teria se elevado a 1,5 milhão de mortos, durante o período que se estendeu de 1915 a 1923, balizas cronológicas para as quais, por sua vez, não há consenso.

A narrativa de Toynbee, em *Atrocidades turcas na Armênia*, tem início com uma brevíssima referência sobre a origem do povo armênio a leste do rio Eufrates e norte do Tigre, onde se encontrava a Armênia original e mais da metade dos 1,2 milhão de armênios quando submetidos pelo governo imperial otomano (cerca de 8% de toda a população do império); havendo um expressivo contingente na *segunda pátria da raça Armênia*, a Transcaucásia.

Também trata de práticas morticidas perpetradas contra a população armênia já desde o sultanato de Abdul-Hamid II, um "*repressor radical das nacionalidades e entusiasta do centralismo otomano*" (LOUREIRO, in: BORELLI & ZAGNI, 2013, p. 39) que teria armado milícias curdas - a *Cavalaria Hamidieh* - incitando-os ao massacre que, no final da década de 1890, já havia produzido o extermínio de 200 mil armênios. Seu sultanato encarnaria aquilo que Toynbee nominara, na obra *The murderous tyranny of the turks* (p. 12), o segundo estágio da história otomana, posterior ao período de dominação turca iniciado no séc. XIII, já caracterizando-se como um estado de puro militarismo, tanto no plano interno como externo, que teria se estendido de 1876 a 1908, portanto às vésperas da Grande Guerra e no qual uma série de massacres teriam tido curso como resultado de uma estratégia consciente de incitar povos contra povos.

The Kurds were encourage to massacre the Armenians; the Turkish soldiers were ordered to join in the massacre when the Armenians put up a resistance. The Bulgars were allowed to form armed bands to "Bulgarise" the village of Macedonia, and the Greeks to form bands of their own to with-stand them...

De acordo com Stephan H. Astourian (2004, p. 6), Abdul-Hamid II implementou uma política pan-islâmica, com um caráter profundamente anticristão e buscando coesão interna a partir do fortalecimento do elemento muçulmano que deveria agregar turcos,

curdos e demais etnias islâmicas; estas que, segundo esclarece o historiador Heitor de Andrade Carvalho Loureiro, (in: BORELLI & ZAGNI, 2013, p. 41 e 42) seriam movidas contra nações cristãs, ou seja, gregos e, principalmente, armênios a fim de

desmobilizar as possíveis pretensões emancipatórias desses cristãos através da aniquilação física e cultural (...). As investidas de Abdul-Hamid II são uma espécie de massacre preventivo. Ou seja, antes que os armênios se sublevassem contra a Porta e alcançassem a sua independência, o sultanato deveria agir...

A queda do sultanato produzida pela *Revolução dos Jovens Turcos*, em 1908, teria inaugurado o terceiro estágio da história otomana. Trata-se do período em que, segundo Toynbee (1917, p. 13 e 14), mais incisivamente o Império Otomano se voltou contra seu próprio povo massacrando grupos nacionais de qualquer maneira desconformes com o projeto de *nacionalismo oficial*⁹ gestado nessa nova fase. Este *nacionalismo oficial*, defendido pelos *Jovens Turcos*, teria sido originado nas escolas alemãs e magiães onde muitos de seus articuladores haviam estudado, implicando na imposição de um padrão nacional, à força, por sobre uma gama bastante heterogênea de povos: programa que levou o nome de *otomanização* do império. Inspirado tanto no programa prussiano quanto magiar – a *prussianização* dos poloneses e a *magiarização* dos romenos –, o nacionalismo turco-otomano passaria por aquilo que Benedict Anderson (2008, p. 127 a 162) identificou como tendo sido, mais amplamente, uma *revolução filológica* que se processou por quase todo o ambiente europeu no mesmo período. No entanto, para muito além da dimensão linguística, as tentativas de *otomanização* do Império Otomano, por parte dos *Jovens Turcos*, consistiriam em estratégias complexas que envolveriam múltiplas dimensões articuladas:

Every language in the Empire but Turkish was to be driven off the field; Turkish was to be the sole language of government, and even of higher

⁹ Sobre o conceito de *nacionalismo oficial* Cf.: ANDERSON (2008, p. 127-162).

education. The non-Turkish majority was to be assimilated to the Turkish minority by coercion. (...) From the beginning of their regime the Young Turks have pursued their nationalistic programme by butchery. (TOYNBEE, 1917, p. 13 e 14)

Isso porque com a instauração de um governo constitucional e a implementação de direitos civis auto referidos como isonômicos, o povo armênio não foi privado de um novo massacre na Adana, passado apenas um ano do exílio de Abdul-Hamid II.

The Adana Massacres of 1909, the most terrible slaughter of Armenians between the Hamidian massacres of 1895-6 and those at present in progress [em 1917], occurred within a year of the proclamation of the Young Turk Constitution, which assured equal rights of citizenship to all inhabitants of the Empire. (TOYNBEE, 1917, p. 13)

O programa de *otomanização* envolveu ainda o massacre de albaneses, interrompido apenas com a eclosão da Primeira Guerra Balcânica, de outubro de 1912 a maio de 1913, que opôs a Liga Balcânica composta por Sérvia, Montenegro, Grécia e Bulgária, ao Império Otomano e culminou, com a vitória da Liga, na criação de um estado albanês independente e na conquista e divisão dos territórios europeus do Império Otomano (Cf.: BUSH; ERICKSON, 2003, p. 155). Loureiro (in: BORELLI & ZAGNI, 2013, p. 47 e 48) informa que o Império Otomano, com isso, havia perdido em torno de 25% de seu território e cerca de 5 milhões de súditos, resultando na radicalização do discurso nacionalista panturquista contra os inimigos identificados com o cristianismo.

A derrota turca seria então vingada por meio do massacre de populações gregas e eslavas que ainda permaneciam no território otomano. A carniceira teve curso até o início da Grande Guerra quando o Império Otomano tentou reverter, de início, o resultado da Guerra Balcânica, processo interrompido com a celebração da aliança turco-germânica e a dissuasão, por parte da Alemanha, da Turquia em seguir hostilizando a Grécia, para que esta não compusesse forças com a Entente. Por outro lado, ainda que contido o Império Otomano em relação à nação grega, resultou liberado por

qualquer tipo de controle internacional, dada a névoa da guerra europeia e o apoio alemão, para o empreendimento das atrocidades que acometeriam, a partir de 1915, novamente armênios e árabes. Neste período, Cristãos Nestorianos¹⁰ foram chacinados na fronteira com a Pérsia; enquanto árabes, tanto cristãos quanto muçulmanos, foram mortos na Síria.

No caso armênio, quando teve início a Grande Guerra o governo dos *Jovens Turcos* ainda seguia a mesma estratégia *hamidiana* de armar milícias curdas, estas que teriam papel central nos novos massacres.

Nos quadros do colonialismo, exoesqueleto do imperialismo nas relações internacionais no período que se estendeu de 1875 a 1914 (Cf.: HOBSEBAWM, 2008, *passim*), inscreveram-se as lutas anticoloniais dotadas de um indissociável componente: o nacionalismo, neste caso, de caráter eminentemente emancipacionista e que envolveu, entre várias nações submetidas ao controle dos *impérios formais*, neste caso o turco-otomano, a nação armênia. Ainda que o mando turco lançasse mão dos meios de controle formal, incluso um *nacionalismo oficial* que já referimos como o programa de *otomanização* dos povos submetidos ao controle imperial, o conceito de patriotismo cimentado rudemente por esses construtos ideológicos não deu conta de amalgamar corações e mentes de armênios que, ao irromper do conflito, não o viam como uma guerra de patriotismo, senão como uma possibilidade para a tão almejada emancipação nacional. Por parte de um contingente expressivo de armênios, esta percepção levou a inação, enquanto o governo otomano requeria sua conscrição militar; contudo, não para que lutassem no *front* oriental, uma vez que se resolveu desarmar grupos nacionais que eventualmente pudessem sublevar-se contra a dominação imperial: os armênios alistados no exército otomano eram destinados aos batalhões de trabalhadores mobilizados para a abertura e manutenção de estradas no interior da Anatólia. Estes, quando não morriam por exaustão e uma vez terminados os trabalhos, eram assassinados.

Para Toynbee (2003, p. 32), a guerra produzira ainda outro efeito: a liberação do governo otomano em relação ao controle europeu, este que até ali freara a repressão imperial em aniquilar movimentos

¹⁰ Adeptos da doutrina cristológica proposta por Nestório, Patriarca de Constantinopla (428 - 431 d.C.).

nacionalistas por meio da perseguição movida contra comunidades cristãs, dado que a religiosidade constituía intimamente o complexo das identidades nacionais ali partilhadas. Isso porque o projeto turco envolveria o extermínio de populações cristãs dentro das fronteiras otomanas, dando ao império sua tão almejada unidade espiritual, componente basilar de seu *nacionalismo oficial* e num momento em que, carecendo de coesão interna, o próprio império se desfazia.

Aos 24 de abril de 1915 – data lembrada como a do início do Genocídio Armênio -, a polícia de Constantinopla, sob ordens do *Comitê União e Progresso*¹¹, buscou dar cumprimento a mandados de prisão de cerca de 250 armênios que viviam na cidade. Loureiro (in: BORELLI & ZAGNI, 2013, p. 52) esclarece que na lista estavam os membros da *intelligentsia* armênia – intelectuais, artistas, literatos etc. – que acabaram presos, deportados e mortos. Buscava-se eliminar, com isso, os expoentes de uma identidade cultural constitutiva da alma da nação que deveria sucumbir e dando início, a partir daí, ao genocídio.

Sobre o *modus operandi* do genocídio de armênios, Toynbee (2003, p. 33) identificou sua consecução em dois atos, sendo o primeiro o morticínio de homens jovens e adultos, necessário para que não houvesse resistência ao ato subsequente e que, em distintas regiões, obedeceu praticamente ao mesmo rito formal:

Em determinado dia, as ruas da cidade de que se tratasse eram ocupadas pela gendarmaria local, de baioneta calada, e o governador intimava todos os homens aptos que eram isentos do serviço militar a se apresentarem, sob pena de morte. A expressão “aptos” tinha uma interpretação muito liberal, visto que incluía todos os varões de 15 a 70 anos de idade, e estes eram conduzidos para fora da cidade pelos gendarmes. Não tinham muito que caminhar, pois os gendarmes foram reforçados para o efeito pelas cadeias, e os bandidos e os curdos achavam-se em liberdade, aguardando nos montes. Estavam esperando para assassinar os presos. No primeiro vale retirado que se proporcionasse realizava-se a matança e, completada a sua tarefa, os gendarmes retiravam-se sossegadamente para a cidade.

¹¹ Partido do movimento dos *Jovens Turcos*.

O segundo ato se trata do decreto para imediata deportação da população armênia restante, já *depurada* de homens que pudessem se opor ao deslocamento forçado então de mulheres, crianças e idosos desamparados. O prazo dado para que essas populações inteiras deixassem seus lares – que eram imediatamente ocupados por famílias muçulmanas - poderia chegar de uma semana a não mais que 15 dias.

Comunidades como essa, depois de mutiladas pela conscrição em massa ou assassinato dos pais e maridos, eram desarraigadas do solo e, sob a triste direção das mães e dos anciãos, conduzidas para o exílio que iria terminar em morte com indizíveis horrores. (TOYNBEE, 2003, p. 34)

Todos os bens dos deslocados acabavam expropriados pelo governo turco, como corrobora o testemunho prestado ao ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 36), acerca da evacuação de bairros armênios em Tiflis: *"As mil casas armênias da cidade estão sendo despojadas de toda a mobília pela polícia, e uma multidão de mulheres e crianças turcas segue a polícia como um bando de abutres e apodera-se de quanto podem lançar mão"*.

Em algumas regiões do império otomano facultou-se a possibilidade de salvação por meio da apostasia, implementada após 1895, contudo uma série de cidades na região do rio Eufrates se negaram a aceita-la; enquanto outras na região da Anatólia vincularam-na a entrega de filhos menores de 12 anos a conventos de dervixes. Na maior parte dos casos, testemunhos prestados para o ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 35-36) sustentam que mesmo onde a prática da conversão foi recorrente, por meio de petições advocatícias que a requeriam a autoridades religiosas/governamentais, não salvou no final das contas os convertidos da deportação, amargando o mesmo tipo de sorte que seus pares cristãos a não ser que fossem mulheres, casos em que a apostasia garantiria a vida se aceita a condição de que deveriam integrar, imediatamente, o harém de um turco, não importando que fossem já casadas (TOYNBEE, 2003, p. 41).

Havia a limitação da quantia em dinheiro, em xelins, que cada armênio poderia levar consigo durante as marchas; ainda assim, obedecendo ao rigoroso limite ou levando grandes quantias em dinheiro, as famílias armênias acabavam roubadas por bandidos que espreitavam pelo caminho, por milícias curdas ou mesmo pelos policiais e forças do exército otomano.

Em aldeias da região de Geben, permitiu-se apenas que se levasse a roupa do corpo, como consta do ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 37):

Na aldeia das montanhas de *Geben* (...) as mulheres estavam lavando roupas molhadas na água e puseram-se a caminho descalças e meio nuas, tal qual como se achavam. Em alguns casos, foi-lhes possível levar parte dos seus poucos utensílios domésticos ou alfaias agrícolas, mas na maioria não lhes era dado transportar ou vender coisa alguma, ainda quando tivessem tempo para o fazer.

As famílias armênias mais abastadas ou aqueles que haviam conseguido juntar um montante considerável de dinheiro, para comprar ou alugar meios de transporte para a transposição do longo caminho que os levaria ao interior da Anatólia oriental, viram-se rapidamente ludibriados, como o que ocorrera a um rico comerciante de uma cidade sobre a costa do Mar Negro:

... um abastado negociante que pagou 15 libras (turcas) por um carro para transportá-lo com sua esposa... Dentro de uns dez minutos de marcha, porém, foi-lhes ordenado pelos gendarmes que saíssem da carruagem, a qual foi reconduzida para a cidade. (TOYNBEE, 2003, p. 38)

O mesmo ocorrera com famílias que dispenderam consideráveis quantias para o aluguel de carros de boi, cujos carreiros, depois de extorquirem todo o dinheiro de suas vítimas, retiravam-se de volta para as cidades deixando-os pelo caminho.

O caminho, a pé, era percorrido costumeiramente sob as agressões de soldados otomanos, o assédio das milícias curdas e, sobretudo à noite, quando todo o contingente era posto em descanso, de bandidos que se organizavam para roubar os poucos pertences que lhes haviam restado e estuprar suas mulheres.

Muitas das caravanas, já no início de sua longa marcha, acabaram surpreendidas, com o aceite e conivência dos soldados turcos, por emboscadas de bandidos e raivosos camponeses dispostos a tirar todo tipo de proveito das populações armênias fragilizadas, como dá conta um testemunho colhido pela ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 45) acerca do êxodo da última parte da população armênia de um distrito evacuado no dia 1º de junho de 1915, tratando-se em torno de 4 a 5 mil pessoas escoltadas por 15 soldados turcos:

... a poucas horas de distância da cidade, a caravana viu-se cercada por bandos de uma tribo de salteadores e uma malta de camponeses turcos armados de espingardas, machados e cassetetes. (...) Depois de tirarem tudo desta pobre gente, inclusive a própria comida, começou o morticínio dos varões, incluindo dois padres, um dos quais tinha noventa anos de idade. Dali a seis ou sete dias foram assassinados todos os varões acima de 15 anos. Foi o começo do fim: gente montada erguia os véus das mulheres e levava as que fossem bonitas.

Os últimos grupos de armênios que partiram em direção à Anatólia oriental, já nos primeiros dias, souberam que destino os aguardava ao encontrarem, no caminho, cadáveres e moribundos que não mais podiam caminhar. Nas palavras de uma testemunha (APUD TOYNBEE, 2003, p. 46):

Muitas das mulheres e raparigas foram levadas para as montanhas, entre elas a minha irmã, cujo filho de um ano, eles o abandonaram em um sítio qualquer. Um turco o apanhou, levando-o não se sabe para onde. Minha mãe foi andando até não

poder mais e caiu à beira do caminho na montanha. Encontramos pela estrada adiante muitos que fizeram parte dos grupos anteriores e vimos os cadáveres das mulheres ao lado dos maridos e filhos. Encontramos também alguns velhos e crianças ainda vivos, mas em estado lastimoso já sem poder gritar.

É o que corrobora outro testemunho (APUD TOYNBEE, 2003, p. 46), afirmando que:

Pelo caminho encontrávamos constantemente homens e mancebos assassinados, cobertos de sangue. Viam-se também mulheres e raparigas mortas junto dos maridos ou filhos. Nos altos das montanhas e nas profundezas dos vales encontravam-se bastantes velhos e crianças estendidos pelo chão.

A fome também foi instrumentalizada como arma genocidária logo nos primeiros dias quando todos os recursos já haviam sido arrancados dos armênios postos a caminhar, obrigados a comer todo tipo de ervas que pudessem encontrar. Dado que longas extensões de terras inóspitas e estéreis se interpunham entre um povoado e outro, muitas vezes grupos inteiros eram abandonados pelo caminho, condenados a morrer de fome como descreve Toynbee (2003, p. 49) com base em um testemunho:

Uma testemunha ocular diz-nos que as mulheres deportadas de certa província foram abandonadas, depois de alguns dias, na planície de *Kharpout*, onde todas morreram de fome (57 por dia), e as autoridades apenas mandaram algumas pessoas sepultarem-nas, para não pôr em perigo a saúde da população muçulmana.

A fome, aliada à escassez de água e às péssimas condições sanitárias, tanto quanto à falta de abrigo para que esses contingentes pudessem escapar do sol, do frio e da chuva, fizeram com que a

mortalidade chegasse a graus extremados de eficiência conforme se verifica no caso de Murad Su, cidade no Eufrates oriental que fora ponto de passagem de um número significativo de caravanas.

... Caminhavam pelas estradas sem mudar de roupa, sem meios de se lavar, sem abrigo e com pouco o que comer. O governo tem-lhes dado aqui umas magras rações. Estive os observando uma vez em que lhes estavam trazendo comida. Animais silvestres não poderiam ser piores. Atiravam-se aos guardas que a traziam, e esses repeliam-nos à paulada, batendo a valer, a ponto de chegar a matar. (...) Quando se passa por este acampamento, as mães oferecem os filhos, implorando para que os levem. Efetivamente os turcos têm escolhido estas crianças e raparigas para escravos ou coisa pior. Têm mandado os seus médicos para examinar as raparigas, para ficarem com as melhores. (TOYNBEE, 2003, p. 51)

Àqueles que insistiam em sobreviver restaram, nos dizeres de uma senhora cujo testemunho chegou ao *Foreign Office* (APUD TOYNBEE, 2003, p. 47), "*os piores e mais incríveis horrores*", referindo-se ao que ocorrera com parte do grupo com o qual caminhava às margens do Karasu (o Eufrates Ocidental) e na planície de Erzindjan:

Os corpos mutilados de mulheres, raparigas e criancinhas faziam estremecer de horror a todos. Os bandidos estavam cometendo toda espécie de terríveis atos sobre as mulheres e raparigas que se achavam conosco e cujos brados chegavam ao céu. No Eufrates, os bandidos e gendarmes lançaram no rio todas as restantes crianças com menos de 15 anos. As que sabiam nadar eram mortas a tiro enquanto se debatiam na água.

Sobre a natureza das ações promovidas pelos agentes do governo otomano, Morgenthau (1919, p. 318 a 321) argumentou que

... the treatment which was given the convoys clearly shows that extermination was the real purpose (...). How many exiled to the south under these revolting conditions, ever reached their destinations? The experiences of a single caravan show how completely this plan of deportation developed into one of annihilation. The details in question were furnished me directly by the American Consul at Aleppo, and are now on file in the State Department in Washington... Al the way to Ras-ul-Aln, the first station on the Baghdad line, the existence of these wretched travelers was one prolonged horror. The gendarmes went ahead, informing the half-savage tribes of the mountains that several thousand Armenian women and girls were approaching. The Arabs and Kurds began to carry off the girls, the mountaineers fell upon them repeatedly, violating and killing the women, and the gendarmes themselves joined in the orgy.. For another five days they did not have a morsel of bread or a drop of water. "Hundreds fell dead on the way", the report reads, "their tongues were turned to charcoal..." On the seventieth day a few creatures reached Aleppo. Out of the combined convoy of 18,000 souls just 150 women and children reached their destination.

Nos primeiros dias de caminhada as caravanas de deportados já teriam passado a ser atacadas por dervixes que raptavam crianças armênias, arrancadas do colo de suas mães, para que fossem educadas na fé muçulmana, destruindo todos os seus laços idenitários anteriores.

Crianças armênias também foram raptadas por agentes do governo turco e distribuídas, para adoção, a famílias muçulmanas, como denuncia o jornal *Horizon*, de Tiflis, na edição de 4 de setembro de 1915 (APUD TOYNBEE, 2003, p. 35): "... *um telegrama de Bucareste comunica que os turcos mandaram da Anatólia quatro vagões cheios de órfãos armênios do interior do país, para distribuição por entre as famílias muçulmanas*".

As crianças que permaneceram nas marchas foram as primeiras a morrer, em alguns casos sacrificadas pelas próprias mães.

Mulheres com criancinhas ao peito ou nos últimos dias de gravidez eram obrigadas a caminhar à força de chicotada, como gado. (...) Algumas das mulheres ficavam tão cansadas e incapazes de qualquer ação que deixavam cair as crianças à beira da estrada. (ACR, APUD TOYNBEE, 2003, p. 42)

Ocorrência análoga é descrita por duas fontes distintas: um testemunho colhido por Lorde Bryce, e um testemunho presencial, colhido em Constantinopla e publicado em 1º de setembro de 1915 pelo professor Hagopian, no jornal *Armênia* de Marselha (in: TOYNBEE, 2003, p. 42), informando que uma mãe havia atirado o filho doente em um poço a fim de lhe abreviar o sofrimento.

Muitas mães, ao perceberem que seus filhos menores estariam condenados à morte, ofereciam-nos a famílias pelos povoados por onde passavam; quando não conseguiam dar destino outro aos infantes, algumas acabaram como a mulher descrita por Toynbee (2003, p. 42) que, sufocada no vagão do trem onde era transportada com seu bebê de colo junto de outros tantos taumaturgos, jogou-se pelo caminho com seu filho nos braços. Há ainda relatos (TOYNBEE, 2003, p. 61) de que centenas de crianças estariam sendo abandonadas pelos pais ao longo da caminhada, ou mesmo jogadas pelas janelas dos vagões dos trens em que eram deportados.

Também as mulheres mais jovens e consideradas mais belas eram tiradas violentamente de seus familiares e levadas para servir, sexualmente, a elites políticas turcas nas grandes cidades. De acordo com testemunho colhido pelo ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 35)

As raparigas de mais idade e mais bem aparentadas foram guardadas em casas para o prazer dos componentes do bando, que dirigem as coisas por aqui. Consta-me de boa fonte que um membro do Comitê União e Progresso tem dez das mais formosas raparigas em uma casa na parte central da cidade, para seu uso e de seus amigos.

Houve ainda o comércio de mulheres, para fins de exploração sexual, mesmo antes de as marchas começarem, procedimento radicalizando em seus primeiros dias e largamente explorado por soldados turcos, muitos recém-saídos da prisão, como relatou Toynbee (2003, p. 41):

Venderam as mais novas e mais formosas em todas as aldeias onde passavam a noite; e essas raparigas foram mercadejadas aos centros por todos os bordéis do império otomano. Chegam numerosas notícias da própria Constantinopla contando que elas foram vendidas na praça pública da capital por alguns xelins...

Muitas das jovens referidas por Toynbee e Lorde Bryce como "raparigas" não passavam de crianças com não muito mais do que 10 anos de idade, já submetidas a violências sexuais e prostituídas.

À avassaladora maioria das jovens e mulheres que compunham as caravanas, a violência sexual era um destino certo, como documentado pelo ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 44): *"Em certo lugar, o comandante da gendarmaria disse abertamente às praças a quem entregou um grande rancho de gente, que tinham plena liberdade de fazer o que quisessem com as mulheres e raparigas"*.

Muitas vezes as sessões de estupro antecediavam execuções em massa, como aquela narrada nos autos da ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 45):

Quarenta e cinco homens e mulheres foram levados a um vale à curta distância da aldeia. Primeiro, as mulheres foram vítimas dos instintos libidinosos da oficialidade da gendarmaria e, depois, entregues aos gendarmes para disporem delas. Segundo uma testemunha, mataram uma criança batendo-lhe com a cabeça contra uma pedra. Os homens foram todos assassinados e não ficou viva uma única pessoa deste grupo de 45.

Quanto aos idosos, muitos deles já adoentados, esperava-se que morressem ao longo da caminhada, poupando das forças turcas qualquer dispêndio de energia para mata-los.

No fim da jornada, ainda restavam armênios, estes que foram depositados em dois lugares já previamente estabelecidos: a aldeia de Sultanieh, no distrito de Konia e no centro da Anatólia; e numa região ainda mais distante, a de Aleppo (capital do norte da Síria), onde armênios foram dispersos nas províncias árabes entre a Anatólia e a Arábia.

Sultanieh tornou-se o suplício final de muitos daquele povo já castigado pela violência da jornada, dado tratar-se de região desértica onde, nos dizeres de Toynbee (2003, p. 55), sequer o nômade poderia manter a sua existência. O local prometido pelos turcos como destino final aos armênios arrancados do seio de suas sociedades, a fim de fixarem uma *colônia agrícola* com patrocínio do governo otomano, no final das contas era um deserto estéril.

A eficiência do morticínio perpetrado durante todo o caminho é corroborada por três depoimentos distintos (APUD TOYNBEE, 2003, p. 55 e 56): uma testemunha ouvida pelo ACR; uma correspondência escrita por um protestante armênio e endereçada a um cidadão norte-americano (posteriormente publicada no jornal *Gotchnag*, aos 4 de setembro de 1915) e uma carta emitida de Constantinopla em 15 de junho de 1915, informando que em meio a mil famílias que haviam chegado a aldeia, apenas 50 homens adultos, sobreviventes da jornada, tinham que prover a necessidade de todo o resto.

São abundantes os registros coletados por Toynbee daqueles que, residentes em Konia, tiveram contato com os armênios em Sultanieh, como aquele colhido aos 3 de setembro de 1915 (APUD TOYNBEE, 2003, p. 56):

Em *Eski Shehir*, há uns 12 mil a 15 mil exilados no campo em torno da estação, evidentemente padecendo de grande necessidade e miséria. A maioria deles está sem abrigo; e o abrigo que há consiste em tendas de materiais dos mais frágeis, improvisadas com alguns poucos paus, cobertos com tapetes ou capachos em raros casos, mas muitas vezes só com pano de algodão, que não serve absolutamente de proteção alguma contra as chuvas torrenciais do outono, prestes a chegar (...). Também não há disposição alguma para alimentá-los. Parece que pouco ou nada têm de mantimentos, e calcula-se em trinta a quarenta o número de óbitos que se estão dando por dia.

Outra correspondência (APUD TOYNBEE, 2003, p. 57), escrita no dia 8 de setembro, descreve a paisagem reinante em Konia, onde já proliferava um surto de diarreia que na maior parte dos acometidos acabou sendo fatal, sobretudo para crianças menores de 5 anos de idade; e onde, ainda assim, seguia a brutalidade assassina dos agentes do governo otomano.

O chicote e o cacete não descansam nas mãos da polícia, que os aplica tanto às mulheres como às crianças. (...) Na estação, algumas pessoas estavam procurando ajudar uma mulher que tinha a coxa fraturada, para conseguir leva-la ao hospital; mas o comissário da polícia aproximou-se e mandou-a novamente arrastar-se para o vagão.

Já em Aleppo, para onde fora enviada a maior parte de armênios que haviam sobrevivido à jornada, a paisagem era ainda mais tétrica de acordo com correspondência escrita por uma testemunha (APUD TOYNBEE, 2003, p. 60) que descreveu cadáveres insepultos se amontoando nos caminhos entre Urfa e Arab-Pounar, ao longo de 25 milhas e já em estado adiantado de decomposição. De igual forma, tratava-se do lugar prometido pelo governo de Constantinopla para abrigar uma outra *colônia agrícola armênia*, sem habitações nem ferramentas para qualquer tipo de cultura deste tipo. Tal qual Sultanieh, Aleppo deveria ser o sepulcro dos poucos sobreviventes daquele povo.

Das regiões de Der-el-Zor e Zeytun provêm descrições bastante minuciosas da situação de penúria em que se encontrava submetida a nação armênia que ali chegara, nos relatos de Fräulein Beatrice Rohner (APUD TOYNBEE, 2003, p. 63), missionária suíça de Basel e que publicou seu depoimento no jornal *Sonnenaufgang*, vinculado à *Liga Alemã Auxiliadora dos trabalhos de caridade cristã no Oriente*:

Porque não nos matam logo de uma vez?”, perguntavam eles. “Há dias que estamos sem água para beber e nossos filhos estão chorando por água. De noite somos atacados pelos árabes, que nos roubam as roupas da cama e as roupas de uso que podemos juntar, levam as nossas raparigas à força e ultrajam as nossas mulheres. (...) Várias mulheres nossas atiraram-se das rochas para o Eufrates para salvarem sua honra; algumas com as suas crianças ao colo.

O contingente de armênios que chegava passou a ser visto como um problema por parte de governadores como o de Trebizonda,

que implementou a prática de embarcar homens em barcaças que retornavam ao porto vazias, versão confirmada por uma série de depoimentos prestados ao ACR (APUD TOYNBEE, 2003, p. 66 e 67).

Um primeiro procedimento comum para a análise de textos acadêmicos, a saber: a caracterização ontológica de seus argumentos, no caso da obra de Toynbee sobre as *atrocidades turcas na Armênia*, resultaria inócuo. Isso porque não se trata investigações propriamente históricas, em termos epistemológicos, das fontes colhidas de distintas proveniências, grande parte resultado do esforço do próprio Toynbee – ainda que seja ele historiador -, patrocinado pelo *Foreign Office*: trata-se de denúncias acerca das informações que continham as fontes, cujo processo de verificação, quanto a autenticidade e veracidade, acabou ocupando pouco lugar nesses escritos, uma vez não tratar-se da função precípua que lhe fora atribuída.

Mencionando a caracterização que Ara Sarafian fizera dos escritos de Toynbee e Bryce, Lewy (2005, p. 119) asseverou que, apesar de os materiais coletados serem de suma importância, não se pode toma-los como exercícios acadêmicos ou "*a solid milestone in the historiography of the Armenian Genocide*" (SARAFIAN APUD LEWY, 2005, p. 119).

Logo, não se pode cobrar de um texto aquilo que o próprio texto não se propôs a realizar: nesse caso, pesquisa histórica; isso porque se tratam de escritos de outra natureza literária. Logo, questões como a do rigor metodológico e a identificação teórico-conceitual que qualificariam o trabalho do historiador resultam, mesmo, desnecessárias. Seria o mesmo que cobrá-los, guardadas as devidas proporções, de Bartolomé de Las Casas, nas denúncias que fez, publicadas em 1552, na *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (obra considerada criadora da *lenda negra* do Império espanhol); a Bertrand Russel, em *Crimes de Guerra no Vietnã*, de 1967, bem como de qualquer outro texto-denúncia.

Os escritos de Toynbee sobre o massacre de armênios, dotados então dessa qualidade, reverberariam sobre o debate historiográfico estabelecido nos anos seguintes - sobretudo a obra de 1915 - e que envolveu argumentos inclusive da negação do genocídio. De forma severamente crítica, muitas das passagens da obra de Toynbee, acusado de imprecisões de toda sorte, acabaram sendo objetos de *revisão*.

A crítica a esses escritos envolve desde uma historiografia turca considerada clássica e cujo expoente é Türkkaya Ataöv, autor de *The armenian question: conflict, trauma and objective*, de 1997, até autores ocidentais engajados no debate mais recentemente, como Michael M. Gunter, autor de *Armenian history and the question of genocide*, de 2011, e Guenter Lewy, autor de *The armenian massacres in Ottoman turkey: a disputed genocide*, de 2005.

Parte consubstancial da crítica empreendida aos argumentos tanto de Toynbee quanto de Bryce está centrada nos caracteres axiológicos de sua exposição, tanto quanto na função política imediatamente atribuída pela direção das instituições formais que determinaram e patrocinaram seus escritos de 1915 e 1917, tipificando ambas as obras como meras peças de propaganda articuladas pelo *Foreign Office* no interesse da *Tríplice Entente* (Cf.: ATAÖV, 1997, *passim*; BRISTOL APUD LEWY, 2005, p. 125; KARAL, 1975, p. 18;). Ocorre que sua instrumentalização política, como peça de propaganda de guerra, jamais foi negada por Toynbee que a reconheceu, ainda em 1922, nas linhas de *The Western Question in Greece and Turkey* e, sobretudo, quando teceu considerações sobre esses escritos, muito tempo depois, em suas memórias (TOYNBEE, 1958; 1967; 1969), insistindo para o fato de que os usos políticos dados às denúncias que fez não comprometiam o conteúdo das denúncias, tampouco as fontes que as referenciavam.

Sobre os usos políticos dados, nesse período, ao seu trabalho e ao de Bryce na organização do *Blue Book*, escreveu Toynbee em 1967 (p. 149):

I was unaware of the politics that lay behind this move of H. M. G.'s and I believe Lord Bryce was as innocent as I was (...) If our eyes had been opened, I hardly think that either Lord Bryce or I would have been able to do the job that H. M. G. had assigned to us in the complete good faith in which we did, in fact, carry it out.

Gunter (2011, p. 11), sobre essa passagem, informa que o objetivo do governo britânico, com a difusão do *Blue Book*, era o de contrapor a propaganda alemã que vinha sendo difundida sobre as

atrocidades perpetradas pelo Império Russo, em seu território, contra populações judaicas. Lewy (2005, p. 117), sobre isso, explica que o alvo teria sido, sobretudo, a opinião pública norte-americana:

The British government, worried that the influential American Jewish community might turn against the Allied cause and strengthen the anti-British camp in the United States decided "some counter-action must be taken quickly"; fortunately suitable ammunition had become available.

Gunter (2011, p. 12) pondera, contudo, que essa finalidade "*does not necessarily allow us to dismiss the Blue Book as completely false and misleading*". É o que confirmou, em 1967 (p. 151), o próprio Toynbee ao referir que

At the very time when the Russians had been committing barbarities against their Jews, the Turks had been committing barbarities against their Armenians. If Russian barbarities were telling against Britain and France, would not Turkish barbarities tell against Germany and Austria-Hungary? This line of reasoning in Whitehall lay behind H. M. G.'s application to Lord Bryce to produce a Blue Book on what the Turks had been doing to the Armenians.

Para Türkkaya Ataöv (1997, p. 134), tanto os argumentos de Toynbee quanto de Bryce, caracterizados como escritores *anti-turcos*, estariam contaminados pela visão do embaixador norte-americano Henry Morgenthau. O contato entre Morgenthau e Bryce teria ocorrido durante uma viagem que ambos teriam feito, em 1914, à Palestina e, a partir daí, o embaixador passaria a estar ligado ao jovem Toynbee a quem, segundo Ataöv (1997, p. 134 e 135), teria transferido sua retórica unilateral.

Não é o que sustenta Gunter (2011, p. 10, 11 e 13), para quem o conteúdo do *Blue Book* não pode ser reduzido à fórmula do "*one side British propaganda*" (KARAL, 1975, p. 18). Tentando esclarecer se esse conjunto de fontes consistiria *propaganda* ou

verdade - questionamento problemático e passível de crítica uma vez que *propaganda* e *falsa propaganda* seriam coisas essencialmente distintas -, Gunter nos informa que para autores *pró-turcos*, o *Blue Book* de Bryce e Toynbee, tanto quanto o livro de Morgenthau, seriam peças de uma falsa propaganda criada pelos Aliados, de quem o Império Otomano seria inimigo.

Para o autor não haveria dúvidas de que tanto Toynbee quanto Bryce e Morgenthau acreditavam nas informações de que davam conta suas fontes. Sobre o grau de comprometimento da obra de Morgenthau, Bryce e Toynbee, em razão de seus usos políticos, assevera Gunter (2011, p. 12) que,

On the other hand, one should not rush to dismiss the Armenian accusations as baseless simply because Bryce and Morgenthau were confirmed Turkophobes. (...) The several hundred thousand Armenians did die during the deportations from various causes such as sickness, starvation, and outright massacre. Certainly no one can deny that after World War I, the traditional Armenian homeland in eastern Anatolia had been denuded of its Armenian population.

Tratando especificamente dos escritos de Toynbee, Gunter (2011, p. 12) sentenciou que o jovem historiador, "... *contrary to what the Turks and their sympathizers often would have us believe, never retracted the evidence he and Bryce presented in the Blue Book*".

O Toynbee aparentemente vacilante de 1922 (p. VII, VIII e 50), em 1967 (p. 240 a 242) dava lugar, em suas considerações finais, à reafirmação de seus argumentos de juventude:

After the Blue Book has been published (...) I was exercised by the question of how it could be possible for human beings to do what those perpetrators of genocide had done. (...) The Ottoman Armenian (...) deportations were deliberately conducted with a brutality that was calculated to take the maximum toll of lives en route...

E sobre os significados especificamente do texto de 1915, arrematou (1967, p. 242): "*my study of the genocide that had been committed in Turkey in 1915 brought home to me the reality of Original Sin*".

No entanto, Toynbee não teria dado conta, em seus textos tardios, das críticas dirigidas à dimensão propriamente axiológica de seus argumentos, apesar de ter respondido algo acerca do conteúdo moral presente em suas fontes: o que nos preocupa é o historiador e sua *utensilagem mental*. Nesse sentido, chamou-nos a atenção, nos escritos de Toynbee, o uso recorrente dos termos *civilização* e, mais precisamente, *Civilização Ocidental*.

Não se trata, neste momento, da unidade historiográfica que seria interposta por Toynbee às simplificações e generalizações produzidas pelas histórias nacionais; o termo *civilização* é utilizado nesses escritos como uma espécie de comunidade moral filiada aos valores da democracia e da liberdade e incumbida de emancipar os povos submetidos à tirania dos impérios, chave maniqueísta que não se sustenta em termos históricos, senão revela-se como parte de um repertório ideológico criado e difundido no ambiente dos poderes nucleares do sistema-mundo capitalista, sobretudo na esfera de influência da hegemonia britânica nas relações internacionais, para um período em que os impérios, de distintos tipos, se entrechocavam. Isso porque, contraditoriamente, essa comunidade moral – reivindicada por poderes como Inglaterra, França, Bélgica e Estados Unidos – é composta pelos próprios articuladores da partilha neocolonial da África e Sul-Sudeste da Ásia entre as grandes potências, havida durante a *era dos impérios*, engendrando formas violentas de colonialismo e lançando mão, também e em larga medida, de massacres de populações civis¹² que sustentaram a consolidação do mundo industrial ou, como queiram, do mundo burguês e de um capitalismo verdadeiramente existente, refundando o conceito de *civilização* a partir da exploração e do massacre daqueles na borda externa desse ideário.

¹² É o caso, por exemplo, dos massacres de populações indígenas nos EUA, perpetrados ao longo do séc. XIX; do evento conhecido como *The Lost Generation*, morticínio praticado por ingleses e que vitimou toda uma geração de aborígenes na Austrália, durante as primeiras décadas do séc. XX; do massacre de Boer, em 1903, produto do colonialismo inglês na África do Sul e que apresentou ao novo século os campos de concentração; do massacre nas Filipinas, praticado por tropas norte-americanas e que se estendeu até 1910, movido pela repressão a insurgências emancipacionistas, entre outros.

Por conta de sua dimensão política, no jogo da política internacional, os críticos de Toynbee referem-se à violenta carga pejorativa que atribuiu a diferentes aspectos tanto do governo otomano quanto do povo turco como antônimos de *civilização*. Não são apenas os argumento de Bryce e Toynbee, estes reverberam as declarações dos próprios Aliados (APUD TOYNBEE, 1917, p. 17) durante o processo de guerra: "*the Ottoman Empire has proved itself radically alien to the Western Civilisation*"; nada muito distinto do que dizer, como escrevera Toynbee (1917, p. 17), que

Where Ottoman rule has spread, civilization has perished. While Ottoman rule has lasted, civilization has remained in abeyance. It has only sprung up again when the oppressed peoples, at the cost of their own blood and by the aid of civilized nations more fortunate than themselves, have succeeded in throwing off the Turkish yoke; and these struggles have been so much regained for liberty and progress in the world, because the infliction of Turkish rule upon any other people has been an incalculable loss.

Não se trata da caracterização de uma *moral otomana* vigente apenas no decurso da Grande Guerra, enquanto as atrocidades contra o povo armênio eram ainda perpetradas; Bryce essencializou o poder destruidor liberado pelo império como um elemento endógeno da barbárie, determinante de suas estratégias e práticas políticas. De acordo com seu biógrafo (FISHER, 1927, p. 181), para Bryce "*wherever the Turk had rule, he had spread desolation (...) by the lethargy, the incompetence, and the caprices of a barbarous master*". O caráter turco-otomano, assim definido, teria como característico o fato de que "*he has always destroyed; he has never created*" (BRYCE; in: TOYNBEE, 1917, p. 4); ou, no questionamento que fizera Gladstone (APUD TOYNBEE, 1917, p. 20): "*What has this Turkish Empire done in three entire centuries? It has done nothing but destroy*".

A partir do binômio *civilização & barbárie*, para Bryce (in: TOYNBEE, 1917, p. 4) o Império Otomano sequer uma nação constituiria, senão num império originário de uma tribo que logrou, pela violência, ultimar um projeto de expansão territorial que o dotara de enorme coeficiente de poder.

Those whom we call the Turks are not a nation at all in the proper sense of the world. The Ottoman Turks were a small conquering tribe from Central Asia, ruled during the first two centuries of their conquest by a succession of singularly able and unscrupulous Sultans, who subjugated the Christian populations of Asia Minor and South-Eastern Europe, compelling part of these populations to embrace Mohammedanism...

O tom pejorativo, na obra escrita em 1917, assume forma ainda mais ofensiva nos argumentos de Bryce (in: TOYNBEE, 1917, p. 5), como arma de guerra para o *front* ideológico, ao afirmar que: "... *the Turks are nothing but a robber band...*" e, citando Edmund Burke (APUD TOYNBEE, 1917, p. 5), que "... *the Turks are savages, with whom no civilized Christian nation ought to form any alliance*". Já para o embaixador norte-americano em Constantinopla, (MORGENTHAU, 1919, p. 275) "... *essentially the Turk is a bully and a coward; he is as brave as a lion when things are going his way, but cringing, abject, and nevertheless when reverses are overwhelming him*". Não apenas isso, para Toynbee (1917, p. 12) o Império Otomano seria tal qual um Estado-Vampiro, isso porque: "*The Ottoman Empire literally drained its victim's blood, and its history as a Vampire-State is unparalleled in the history of the world*".

Enquanto o governo otomano encarnaria a selvageria, o banditismo, a covardia e até mesmo o vampirismo, nos limites do império, para Bryce (in: TOYNBEE, 1917, p. 5), as populações cristãs constituiriam a parte mais inteligente, pacífica e empreendedora de sua população. Como informa Fisher (1927, p. 183 e 184) "*he [Bryce] though them [os armênios] the best race, in Asia Minor, superior in tenacity of will and capacity for moral and intellectual progress to their neighbors, Turks or Kurds, Tartars or Russians*".

Para Lewy (2005, p. 123), trata-se da imagem do *terrível turco*, estereótipo centenário associado às populações muçulmanas no Império Otomano e criado, por contraste, frente a outro estereótipo, o dos *heróis cristãos* incapazes de fazer qualquer mal.

Alocando toda a violência otomana no caráter do povo turco, fica prejudicada a percepção de que a violência em tela é característica do colonialismo como elemento superestrutural – logo, das

contradições endógenas do antigo e do novo sistema colonial - que, ao seu tempo, operou graus extremados de violência de forma multidirecional, podendo-se dizer do beato Império Espanhol que exterminou populações pré-cortesianas, do igualmente católico Império Português que extinguiu a nação Tupinambá e chacinou outras tantas nações indígenas, dos massacres promovidos pelo puritano colonialismo inglês na Índia, do imperialismo francês que submeteu o povo argelino e dos massacres de Filipinos que perpetraram os Estados Unidos, dentre incontáveis outros exemplos que desvelam o quão inadequadas são as compreensões que se baseiam na valoração de fundo moral de processos históricos complexos.

Enfrentando-se essas duas forças: *civilização* e *barbárie*, os significados da Grande Guerra passavam a ser difundidos, propagandisticamente, de forma simplista e distorcida como uma luta entre a liberdade e o mal, ou seja, entre o avanço da democracia na Europa e os poderes tirânicos que se aglutinavam a fim de impedi-lo, como na aliança entre *Jovens Turcos*, a oligarquia magiar e a Alemanha.

A aproximação entre o Império Otomano e a Alemanha remonta à crise financeira que em 1876 obrigou que a *Sublime Porta* declarasse moratória, momento em que o capital ocidental, cada vez mais, passou a inserir-se na economia otomana e, conforme esclarece Loureiro (in: BORELLI & ZAGNI, 2013, p. 41), o Império Alemão foi aquele que maior proveito tirou dessa conjuntura. Para Toynbee (1917, p. 33), a Alemanha, governante de cerca de 70 milhões de súditos, teria conseguido, com a aliança firmada com o Império Otomano e Magiar, outros 70 milhões de almas, antevendo com isso o perigo de uma dominação mundial e, necessariamente, uma luta do *bem* contra o *mal*.

The bargain was struck, and the War was made which the whole world is suffering, and must still suffer for a season, if liberty is to be saved and the evil of centuries to be brought to a tardy end. (...) The evil has purged itself altogether of the good. Turkish tyranny has been stimulated by the German alliance into an unnatural vitality, and the Central Confederates dream of putting the clock in South-Eastern Europe a century back. Debauching

one of the Balkan States by gorging her with spoil from the rest, they rope to stamp out liberty in the Balkans altogether, to reconquer for Militarism the field which the 19th century won here for Democracy, and to build over it a bridge by which three tyrant peoples, the Prussian, the Magyar and the Turk, shall join hands in dominating and destroying without interference a multitude of smaller and weaker peoples from Alsace to Rumania and from Schleswig to Baghdad.

It is not a question of ameliorating the *Status Quo*. The *Status Quo* in Turkey, irremediable before, is being actively changed into something infinitely worse, and this is being accomplished, behind the bulwark of Militarism, under the eyes of the civilized world... (TOYNBEE, 1917, p. 34)

Face ao perigo iminente de dominação mundial, de acordo com a declaração dos Aliados (APUD TOYNBEE, 1917, p. 18), estes estariam cumprindo o propósito de "*liberate the peoples who now lie beneath this murderous tyranny*"; mais precisamente, "*the liberation of the subject peoples and the expulsion of Turkey from Europe*", o que, para Toynbee (1917, p. 27) seria absolutamente necessário e correto, sobretudo porque as aspirações das nações aliadas seriam, para o jovem historiador (TOYNBEE, 1917, p. 18) "... *the aspiration of all lovers of liberty for a century past*".

Para Ataöv (1997, p. 122) trata-se da idealização de um grupo étnico como branco (*sic*) e da demonização de outro como negro (*sic*), mesmo tipo de procedimento, segundo ele, operado por Vahakn N. Dadrian nos cinco artigos publicados pelo *Journal of Political and Military Sociology*, em janeiro de 1994, e que o teriam motivado a escrever, sobre ele, a crítica revisionista que se estendera a Morgenthau, Bryce e Toynbee em 1997.

Logo, de seus argumentos infere-se que não resulta academicamente coerente simplificar fenômenos complexos buscando para eles unidades cognoscíveis que alterem, por redução, seus significados mais profundos, prática que permite mais facilmente a ideologização desses objetos, o que acusa terem feito autores que considerou *anti-turcos*. No entanto, é exatamente o nos parece ter

feito Ataöv (1997, p. 122, 140, 154 e 155) ao referir o complexo fenômeno do nacionalismo nas relações internacionais do séc. XIX, reduzindo e distorcendo brutalmente os significados do movimento nacionalista armênio ao caracterizá-lo, pura e simplesmente, como um *terrorismo separatista* que teria se valido da fraqueza sofrida pelo Império Otomano no séc. XIX.

Ataöv (1997, p. 122) conclui que o Genocídio Armênio seria uma ficção; os turcos é que teriam sido massacrados por armênios *aos milhões* no final do séc. XIX, sendo a população da atual Turquia composta majoritariamente pelos descendentes daqueles que migraram e, com isso, sobreviveram aos massacres. No ano de 1917, de acordo com o autor (1997, p. 143) novos massacres de turcos, perpetrados por armênios, teriam ocorrido no Leste da Anatólia. Crítico das imprecisões de Toynbee no trato com as fontes, é gravemente impreciso quanto ao número das vítimas desses massacres (como se *milhões* fosse uma unidade referencial plausível) bem como sobre as fontes que corroborariam este tipo de afirmação que, com relação aos massacres que teriam ocorrido no final do séc. XIX, diga-se de passagem, não chegam a ser declinadas; enquanto aqueles que teriam tido curso no ano de 1917 seriam referendados por fontes compiladas por Justin McCarthy e reportados ao *Turkish Historical Society* durante conferência realizada, em Ancara, no ano de 1990, além de um texto escrito pelo próprio Ataöv, intitulado *The Reports (1918) of Russian Officers on Atrocities by Armenians*, publicado em 1985, para ele (1997, p. 143) evidências de um *crime armênio*.

Nega ter havido um genocídio de armênios uma vez que, segundo ele, se ocorreram mortes no processo legítimo (*sic*) de deslocamento, por razões de segurança, de contingentes que teriam se revelado desleais durante a guerra em curso – relacionados a *terroristas* e *traidores* do leste -, teriam sido provocadas pelo próprio processo de guerra, bem como por criminosos e assassinos que teriam sido, inclusive, identificados e punidos pelo governo otomano nos casos em que isso teria sido possível.

No matter what kind of terminology may be used by some writers, the event that they are supposed to describe is the transfer or relocation of the bulk of the Armenian population, most of whom (...) have reached their destinations, but some unfortunately perished from general war conditions as well as attacks of criminals. (ATAÖV, 1997, p. 140)

Já de acordo com Lewy (2005, p. 118 e 119), contrariando Bryce e Toynbee, não seria possível confirmar, a partir dos documentos de que fizeram uso, que as mortes de comunidades armênias, em 1915, teriam sido planejadas pelo governo de Constantinopla; primeiro porque, para ele, as deportações não tiveram, todas, o mesmo destino e, segundo, porque o *Blue Book* não conteria evidências documentais que materializassem sua intencionalidade.

É preciso salientar, por fim, que o notável recurso que fizeram Toynbee e Bryce de juízos valorativos, na grave adjetivação que empreendem ao denunciarem o conteúdo de suas fontes, não muda o fato de que as fontes existem, resistindo a procedimentos tanto de crítica interna quanto externa aos documentos, ou seja, não muda o fato de que os massacres foram reais e que não é possível, com isso, negar o inegável.

Os argumentos de Toynbee revelam tratar-se, o historiador, de fato, *filho de seu tempo* e, no espaço, da sociedade que o tempo pariu. Articulou em seus argumentos, portanto, parte considerável do repertório constitutivo da moral dominante daquela época, no centro hegemônico que deu forma a essas ideias. Isso porque o uso do binômio *civilização & barbárie* corroborou o ideário centro-europeu característico do séc. XIX e que adentrou ao nascente séc. XX, tempo de exercício da hegemonia britânica nas relações internacionais e de vigência de uma moral civilizatória etnocêntrica – mais precisamente eurocêntrica: arcabouço ideológico dominante emanado no âmbito dos poderes que engendraram a corrida concorrencial capitalista (Cf.: SAID, 2011, p. 34 a 50).

Toynbee (1917, p. 33), historiador *filho de seu tempo*, não errou ao dizer que não havia mais nenhuma possibilidade de restabelecimento do *status quo* anterior a agosto de 1914; mas não porque os "*free democratic peoples of the civilised world*" (TOYNBEE, 1917, p. 35) poriam fim à tirania dos impérios, estes que se esfacelavam não porque eram vencidos em armas ou porque seus inimigos seriam moral e intelectualmente superiores, mas porque tais poderes se encontravam no ocaso de uma era, a *era dos impérios*; e porque novos impérios passavam a ascender, engendrando novas formas de dominação.

O que nos interessa, por aqui, é que o fim de muitos dos *impérios formais* não levou ao fim dos massacres de populações civis ou de outras formas de tirania, que estariam ambos sob os auspícios, nessa nova era, de novas formas de imperialismo.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e a origem de nossos tempos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.

ASTOURIAN, Stephan H. *Modern Turkish identity and the Armenian Genocide: from prejudice to racist nationalism*. Yerevan: Museum-Institute of the Armenian Genocide of the National Academy of Sciences of Republic of Armenia, 2004.

ATAÖV, Türkkaya. *The armenian question: conflict, trauma and objective*. Ankara: The Turkish Yearbook Vol. XXIV, 1997.

BORELLI, Andrea; ZAGNI, Rodrigo Medina (Org.). *Conflitos armados, massacres e genocídios: constituição e violações do direito à existência na era contemporânea*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

BRYCE, James (ed.). *The treatment of armenians in the Ottoman Empire – 1915-16*. London: Joseph Cavston, 1916.

BUSH, Bright C.; ERICKSON, Edward J. *Defeat in Detail: The Ottoman Army in the Balkans, 1912-1913*. Connecticut: Greenwood Publishing Group, 2003.

FISHER, Herbert A. L. *James Bryce*. New York: McMillan Company, 1927.

GUNTER, Michael M. *Armenian history and the question of genocide*. New York: Palgrave MacMillan, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOVANNISIAN, Richard G. *The Armenian Holocaust: a bibliography relating to the deportations, massacres and the dispersion of the armenian people, 1915-1923*. Cambridge: Armenian Heritage Press, 1978.

KARAL, Enver Ziya. *Armenian question*. Ankara: Gunduz, 1975.

LEMKIN, Raphael. *El dominio del Eje en la Europa ocupada: Leyes de ocupación – Análisis de la administración gubernamental – Propuestas de reparaciones*. Buenos Aires: Prometeo Libros; Caseros: Univ. Nacional de Tres de Febrero, 2009.

LEWY, Guenter. *The armenian massacres in Ottoman turkey: a disputed genocide*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2005.

MORGENTHAU, Henry. *Secrets of the Bosphorus*. London: Hutchinson & Co., 1918.

_____. *Ambassador Morgenthau's story*. Garden City, New York: Doubleday, Page, 1919.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

TOYNBEE, Arnold. *The murderous tyranny of the turks*. London, New York, Toronto: Hodder & Stoughton, 1917.

_____. *The western question in Greece and Turkey: a study in the contact of civilizations*. London: Constable, 1922.

_____. *East to West: a journey round the world*. Oxford: Oxford University Press, 1958.

_____. *Acquaintances*. London: Oxford University Press, 1967.

_____. *Experiences*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

_____. *Atrocidades turcas na Armênia*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.